



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº JFRJ-MRU-2022/00155

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2022.

Objetivo da reunião: continuidade da implantação dos Serviços da Justiça Itinerante - 2ª região
Horário e local: 15h30 - Plataforma ZOOM - Sala da Direção do Foro da SJRJ
Assunto: Atribuições e competências das unidades

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Vladimir Santos Vitovsky	JUIZ FEDERAL	09VFEF
Ana Carolina Vieira de Carvalho	JUIZ FEDERAL	01VF-MA
João Batista Coelho	Assistente IV	NCON
Danielle Cruz Freire de Carvalho	Coordenador(a) de Núcleo	NCON
Juliana Ferreira Leão de Alencar Oliveira	Assessor(a) Técnico (a)	ATAJ
Thiago de Paiva Guedes	ASSESSOR	AGAJ
Dernilson Mesquita da Silva	ASSESSOR	AFAP
Marcelo de Lima Silva	SUPERVISOR	SEINT
Aline Alves de Melo Miranda Araujo	JUIZ FEDERAL	02JEF-SG
Roberta Abreu Carpi Costa	COORDENADOR	CJUR
Rogério Moreira Alves (rogeriomoreira@jfes.jus.br)	Vice-Diretor do Foro	SJES
Alessandra Lamha Carneiro	Comissão Especial de Justiça Federal	OAB RJ
Fabiana Nunes Henrique Silva	Defensora Pública Federal	DPU RJ

Pauta

1. Assuntos Diversos

Atendendo aos termos da portaria TRF2-PTP-2022/00428, de 13/09/2022, do Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Desembargador Messod Azulay, foi realizada, em 16/11/2022, a terceira reunião do grupo de trabalho com a finalidade de implantar os Serviços da Justiça Itinerante na Justiça Federal da 2ª Região.



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3608718-8981 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3608718-8981>

Classif. documental

00.01.01.16



JFRJMRU202200155A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Dr. Valdimir Santos Vitovsky esclareceu que iniciaria a reunião porém precisaria se ausentar pois tinha reunião às 16h, ressaltando que Dra. Ana Carolina Vieira de Carvalho presidiria e conduziria os trabalhos.

Na abertura, o magistrado disse que o propósito da reunião era relatar a experiência de aproximação com os serviços da Justiça Itinerante que foi realizado em Angra dos Reis, na comunidade do Bracuí, em 9 de novembro. Atendendo a convite do TJRJ, pelo programa Justiça Itinerante daquele tribunal estadual, foram prestados serviços com o caminhão do TRF2, com o primeiro atendimento, INSS, Receita Federal, Exército, Cad-único, Caixa Econômica Federal e Defensoria Pública da União.

Em continuidade, Dr. Vladimir destacou os seguintes pontos:

1) A experiência foi muito exitosa e os serviços da Justiça Itinerante prestados foram semelhantes a um posto avançado da Vara Federal da Localidade, analogamente às UAA do TRF4;

2) A sinergia com o programa Justiça Itinerante do TJRJ foi muito produtiva, assim como com o Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Programa “RJ para Todos”; Foi sugerido que as próximas iniciativas incluam, além do TJ, o Governo do Estado do Rio de Janeiro com o Programa “RJ para Todos”;

3) As excelentes parcerias com o INSS, Receita Federal (principalmente para a questão de CPF, para menores, indígenas e quilombolas e população em geral), Caixa Econômica Federal, Exército (ótima a emissão de certificado de reservista para indígenas e quilombolas). Outra ideia para as próximas iniciativas da Justiça Itinerante foi de convidar como parceiro o Banco Central do Brasil (problemas com serviços bancários) e como parceiras as Agências Reguladoras como ANS (problemas como plano de saúde) e ANATEL (problemas com celular e TV a cabo), dentre outras agências que possuam setor de cidadania para resolução administrativa de tais problemas;

4) Houve controle da fila que era grande sobretudo por conta da emissão de carteira de identidade e realização de casamentos, tanto já agendados como início da habilitação para casar;

5) É de extrema importância a realização de atividades prévias, precursoras, semanas antes do evento para sondagem do local, articulação com instituições e órgãos locais, etc.

6) Não foi possível a realização de atividades pedagógicas junto ao CRAS e às clínicas de família por conta da distância. Embora consideradas essenciais no caso específico, não foi possível devido a tal dificuldade, contudo foram realizadas atividades pedagógicas junto aos alunos do 9º ano da Escola que hospedou o evento. A Diretora da instituição de ensino foi muito proativa. Na explanação, foi falado sobre o que é a justiça federal, as profissões jurídicas e apresentados 3 casos criminais para os alunos e alunas: um sobre moeda falsa, outro sobre injúria na internet em instituição de ensino federal, e furto de calha de órgão Federal por pessoa em situação de rua. Foram 54 participantes. A ação pedagógica foi encerrada com uma simulação do último caso.

O juiz federal também salientou que já está trabalhando, com a Dra. Ana Carolina, um primeiro esboço, uma primeira versão de um rascunho da Resolução para encaminhamento ao coordenador do atual grupo de estudos, Dr. Osair, para as alterações que entender pertinentes para encaminhamento à Presidência do TRF2. Estimou que até sexta-feira deverão concluir e efetivar o envio.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Concluiu destacando que estão aguardando o cronograma da Justiça Itinerante do TJRJ do ano de 2023 para esboço de um cronograma da Justiça Federal com datas e localidades, e a outra possibilidade é verificar com programa “RJ para Todos” do Governo do Estado as datas e os locais onde realizarão as ações em 2023.

Com a palavra, João Coelho relatou que o TRF2 adquiriu, antes da pandemia, um caminhão de carroceria extensível (52 m²) para fazer as ações itinerantes. Citou que, após o período pandêmico, o caminhão foi utilizado na Catedral Metropolitana no evento do PopRua. Prosseguiu dizendo que o TJRJ realizou evento, há seis meses, na mesma escola em Angra dos Reis.

Esclareceu que a ação do dia 09/11 foi crescendo pois foram identificadas participações importantes que deveriam estar presente como: CEF para resolver questões de PIS, PASEP e FGTS, INSS com benefícios previdenciários, CadÚnico com os registros, Receita Federal por conta da emissão de CPF (emissão de 150 CPFs em 1 dia). Diante de tanta adesão, foi necessário utilizar o caminhão.

João continuou lembrando do pouco tempo para preparar tudo e da visita com a equipe do TJ para verificar dependências físicas da escola e a área de estacionamento para visitantes e parceiros. Na ocasião, foi emitido um relatório com fotografias para averiguar o trajeto que o caminhão deveria fazer até o local determinado (altura da estrutura do caminhão é 4,40 m).

Salientou que o maior problema foi o serviço de internet pois o ofertado pela escola era muito ruim e os Modems do TRF2 não tinham sinal (Claro). Após várias pesquisas, conseguiram, com a GigaCom, um patrocínio, de forma gratuita, com o cabeamento de rede boa e segura.

Frisou que os banheiros químicos foram disponibilizados pelos magistrados que se cotizaram e contrataram o serviço. No tocante à divulgação, explicou que não enfatizaram muito para não haver sobrecarga de atendimentos, apenas propagaram com cartazes e no “boca a boca”.

Sobre os trabalhos prévios, João Coelho fez visita à comunidade indígena um dia antes da ação, explicando demandas e a atuação dos órgãos no evento, além de esclarecer sobre a documentação necessária para algumas demandas. Em continuidade, apresentou a planta do caminhão e fotos do evento, bem como o mapa esquemático das ações (anexado). Ressaltou que todas as pessoas que compareceram à ação foram atendidas e que os cidadãos, que não tiveram a identidade emitida, já saíram do local com agendamento do DETRAN em posto próximo à residência.

Destacando o Programa pedagógico prévio, citou a capacitação na Baixada Fluminense (11 municípios), durante a pandemia, para assistentes sociais e psicólogos dos CRAS acerca da função da JF. Também relatou que nas ações precursoras ocorrem o mapeamento das demandas da população e o mapeamento territorial p uso do caminhão.

Finalizou enfatizando as reuniões preliminares com a prefeitura para delinear a parceria com a Secretaria que atua diretamente no evento. Citou os órgãos participantes, os articuladores sociais (FUNAI), as associações dos Quilombolas e os representantes sociais.

Dra. Ana Carolina elencou questões organizacionais relevantes como: Internet - já tem que estar contratada pelo TRF2 ou pela SJRJ; Limpeza - Caminhão tem estrutura ótima mas há necessidade de limpeza do banheiro por empresa especializada; Segurança - verificar se vai ser da JF ou do TRF2; Técnico de informática e técnico em eletricidade – devem estar disponíveis no evento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A magistrada elogiou o trabalho pedagógico prévio ao evento com a possibilidade de realização do CadÚnico 2 meses antes, de esclarecimentos sobre a documentação necessária para atendimento, bem como a elaboração de fluxo de tarefas prévias, evitando que se tenha um fluxo para cada evento. Destacou ainda a aquisição de caixa de som para facilitar a organização das filas e do próprio atendimento.

Por fim, Dra. Ana Carolina repisou que já está em andamento a formulação de minuta de resolução para apresentar ao grupo de trabalho. Depois da leitura de todos, será agendada reunião para finalização do documento.

Sem mais, foi encerrada a reunião.

- assinado eletronicamente -

ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO
JUIZ FEDERAL
VARA FEDERAL ÚNICA DE MAGÉ



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3608718-8981 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3608718-8981>



JFRJMRU202200155A